

PEC Nº 164 DE 1999 9



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. ALOÍZIO MERCADANTE E OUTROS)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões "mortis causa".

DESPACHO:

23/11/1999 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 16 /12/ 99

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ESPECIAL	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 164, DE 1999
(DO SR. ALOÍZIO MERCADANTE E OUTROS)

Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões "mortis causa".

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 153, da Constituição Federal, passa a incluir inciso VIII e parágrafo 6º, nos seguintes termos:

Art. 153.....

VIII - sucessões e doações

§ 6º O imposto previsto no inciso VIII será progressivo, e poderá ser liquidado, parcial ou integralmente, na forma da lei, mediante doação a fundações de finalidade cultural, educacional, científica ou ecológica.

Art. 2º Ficam revogados o inciso I e o parágrafo primeiro do art. 155 da Constituição Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO



Uma das lacunas mais notáveis do sistema tributário brasileiro, comparado aos padrões médios internacionais, é o desprezo pela base tributável do PATRIMÔNIO.

Por razões culturais e históricas, herdadas do mundo ibérico e da mentalidade colonial, nossa civilização de "senhores proprietários" sempre conseguiu fazer prevalecer, politicamente, sua aversão a contribuir para o financiamento das atividades estatais. Nossas classes dominantes ainda cultivam, em grande parte, a mentalidade patrimonialista, apropriando-se do Estado, consumindo vorazmente benefícios públicos e impondo o ônus financeiro predominante sobre os de baixo.

Custa a generalizar-se, entre nós, a moderna mentalidade republicana e democrática, pela qual todos os membros da coletividade se cotizam para financiar o bem comum, proporcionalmente à capacidade contributiva de cada qual.

O Brasil é um dos países do mundo que tributa mais suavemente a propriedade. Segundo o critério da tributação patrimonial, o Brasil pode considerar-se um paraíso fiscal.

A leniência brasileira para com os muito ricos, cuja capacidade contributiva se refugia no patrimônio, convertido em santuário inalcançável pelas autoridades tributantes, é responsável pela extrema concentração de renda e da riqueza no país, inigualada no mundo, e acarreta, em contrapartida, uma sobrecarga fiscal para as classes médias e os menos favorecidos.

Nossa tributação patrimonial está arrecadando menos de três por cento da carga fiscal bruta, menos de um por cento do PIB, contrastando vivamente com países de carga fiscal moderada, equivalente à nossa, como os Estados Unidos e o Japão, onde a tributação patrimonial arrecada dez a doze por cento das receitas fiscais totais.

No interior de nossa pífia tributação patrimonial, a arrecadação do imposto sobre transmissões "causa mortis" e doações, a cargo dos Estados e do Distrito Federal, alcança montantes irrisórios. Em 1998, em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

todo o Brasil, a arrecadação somou 317.792,00 mil reais, catorze vezes menos do que a arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores!

Dois fundamentos básicos devem ser ressaltados para a tributação do patrimônio. Primeiro, o patrimônio é um pedaço do país apropriado por seus titulares para seu desfrute, com exclusão de todos os demais. A doutrina jurídica moderna não admite mais que o direito dos proprietários seja absoluto e incontrastável, um enclave a desafiar a soberania da Nação. Predomina hoje a teoria da função social da propriedade, abraçada por nosso texto constitucional. "Sobre cada propriedade pesa uma hipoteca social", diz o Papa. Essa é a doutrina social da Igreja. Quem detém patrimônio toma para si algo valioso da coletividade e deve prestar uma contribuição em contrapartida. Todo o aparato estatal que protege e valoriza o patrimônio, e que assegura seu desfrute em condições satisfatórias, tem um custo que implica um dever de contribuição. Não é justo descarregar esse custo sobre a massa dos consumidores que não têm acesso à acumulação patrimonial.

Segundo, a esterilização da riqueza, causada pela permissividade em relação à acumulação desregrada de patrimônio, conspira contra o desenvolvimento das forças produtivas, inibe a dinâmica capitalista. Na Europa, admite-se, praticamente sem contestação, que uma oneração do patrimônio é necessária para fomentar a mobilização e a rentabilização dos ativos, e com isso, ativar a dinâmica econômica. Estudos efetuados na Inglaterra demonstraram a influência dos sistemas altamente progressivos de tributação das sucessões e doações, implantados nos países europeus no início do século, em alguns casos no fim do século passado, na expansão e modernização do capitalismo na Europa, impedindo a esterilização de riquezas em mãos de herdeiros desmotivados, favorecendo a abertura do capital das empresas, a substituição da gestão familiar pela administração profissional mais eficiente, o engajamento dos ativos no sistema produtivo capitalista.

Terceiro, consequência dos dois anteriores, a tributação fortemente progressiva das sucessões e doações tem importante efeito redistributivo, inibindo a superconcentração patrimonial que é anti-social e antieconômica. É um imposto ao mesmo tempo capitalista, social e civilizatório, favorecendo a dinâmica econômica, a coesão social e a convivência humana segundo padrões altamente civilizados.

Todos os países mais civilizados do mundo, os países membros da OCDE, aplicam sistemas fortemente progressivos, espantosamente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

progressivos quando olhados aqui do lado sul do Equador. Segundo dados da OCDE, em 1.1.76, as alíquotas máximas praticadas pelos países membros que tributam a massa sucessória eram de 27,9% na Austrália, 31% na Itália, 40% na Nova Zelândia, 75% no Reino Unido, 77% nos Estados Unidos. E nos países que tributam os quinhões, as alíquotas máximas, menores para os cônjuges e maiores para os não-parentes, eram respectivamente de 35% e 70% na Alemanha, 15% e 60% na Áustria, 17% e 75% na Bélgica, 32% e 90% na Dinamarca, 21% e 84% na Espanha, 11% e 55% na Finlândia, 20% e 60% na França, 50% e 60% na Irlanda, uniformemente 75% no Japão, 35% e 60% na Noruega, 17% e 54% na Holanda, 32% e 75% em Portugal, 65% e 72% na Suécia, 0 e 36% na Suíça.

É possível que reformas ocorridas nas últimas duas décadas de neoliberalismo tenham trazido uma ou outra redução de alíquotas máximas, mas a maioria dos sistemas continua o mesmo.

É evidente que essa sistemática, adotada pelos países altamente civilizados, favorece o espírito produtivista, o esforço, a criação de valor. Ao contrário, países como o Brasil, onde prevalece a permissividade em relação às heranças e à acumulação patrimonial, cultiva-se o ócio anti-social, o parasitismo, o rentismo, o despreço pelo esforço, pelo trabalho, pela produção, pelo progresso.

O PT e os demais partidos de vocação social têm a convicção de que nosso sistema tributário prejudica o trabalho, a produção e o desenvolvimento econômico e é responsável pela persistência da pobreza e da miséria.

O PT sustenta essa tese há muito tempo e propõe a intensificação resoluta da progressividade de nosso sistema tributário. É nesse contexto que propomos a criação de um imposto federal sobre sucessões e doações, em substituição ao atual imposto estadual sobre transmissão "causa mortis" e doações de quaisquer bens ou direitos.

O atual imposto estadual, como mencionado acima, tem arrecadação irrisória. A alíquota máxima de 8%, estabelecida em 1992 por Resolução do Senado Federal, é visivelmente insuficiente. O imposto estadual oferece, entre outros, o inconveniente da fragmentação de competências em função da situação dos bens (imóveis) e do domicílio do "de cujus" ou do doador (bens móveis), além da dificuldade de fiscalização, fora das fronteiras de cada



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estado, relativamente a patrimônios geograficamente diversificados. Outro inconveniente da competência estadual é a tentação da guerra fiscal pelo oferecimento de alíquotas mais vantajosas que as dos Estados vizinhos.

A alocação ideal desse tipo de imposto está no Governo Central, mais apto a aplicar diretrizes impessoais, a alcançar a universalidade do patrimônio, a resistir às pressões dos grandes proprietários locais. É certo, por outro lado, que as informações ensejadas pela existência desse imposto, na esfera do Governo Central, facilitaria o lançamento das Contas Nacionais Patrimoniais. O Brasil é um deserto de estatísticas patrimoniais, que nos faltam dramaticamente na elaboração de políticas públicas. O mapeamento da riqueza nacional, indispensável para a elaboração de políticas econômicas e sociais que se pretendam sérias, implementa-se a custo nulo como subproduto do imposto sobre sucessões e doações ou de um imposto sobre as fortunas. Essa é a lição das civilizações mais avançadas que a nossa, lições que nos convém aproveitar.

Outra utilidade desse imposto, de grande alcance social e civilizatório, está na constituição de fundações de caráter educacional, cultural, ecológico e científico e de museus e institutos de pesquisa, mediante liquidação de direitos sucessórios por dação em pagamento de obras de arte, de acervos de valor cultural, artístico ou científico, de propriedade intelectual, utilidade intensamente explorada nos países mais avançados do hemisfério norte, cuja conveniência para nós é dispensável ressaltar. Seria muito positivo, para o nosso desenvolvimento, a destinação facultativa de parte desse imposto a fundações perfiladas para essas finalidades.

Já se mostrou que a perda de receitas, para os Estados federados, acarretada por esta proposta, seria irrisória. Nada impede, no entanto, que, se consensualmente vier a considerar-se adequado, agregue-se às disposições propostas um mecanismo de partilha, que omitimos nesta ocasião por considerarmos dispensável.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para a aprovação desta emenda comprometida com a justiça social, com padrões modernos e democráticos de cidadania participativa e de uma ética do esforço e da criação de valor, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1999.

Deputado *Aloizio Mercadante* 23/11/99
Aloizio Mercadante

Deputados:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

02/12/99 14:22:37

Página: 001

Tipo da Proposição: PEC

Autor da Proposição: ALOÍZIO MERCADANTE E OUTROS

Data de Apresentação: 23/11/99

Ementa: inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões "mortis causa".

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	223
Não Conferem	006
Licenciados	000
Repetidas	043
Ilegíveis	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADÃO PRETTO	PT	RS
2	ADELSON RIBEIRO	PSC	SE
3	ADEMIR LUCAS	PSDB	MG
4	ADOLFO MARINHO	PSDB	CE
5	AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
6	AIRTON CASCABEL	PPS	RR
7	AIRTON DIPP	PDT	RS
8	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
9	ALCEU COLLARES	PDT	RS
10	ALCIONE ATHAYDE	PPB	RJ
11	ALDO REBELO	PCdoB	SP
12	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
13	ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP
14	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
15	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
16	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
17	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ
18	ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC
19	ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG
20	ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP
21	ANTONIO PALOCCI	PT	SP
22	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP
23	ARNON BEZERRA	PSDB	CE
24	AROLDO CEDRAZ	PFL	BA
25	AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE
26	AVENZOAR ARRUDA	PT	PB

**SGM - SECAP (7503)****Conferência de Assinaturas**

02/12/99 14:22:39

Página: 002

27	AYRTON XERÊZ	PPS	RJ
28	B. SÁ	PSDB	PI
29	BABÁ	PT	PA
30	BADU PICANÇO	PSDB	AP
31	BEN-HUR FERREIRA	PT	MS
32	BISPO WANDERVAL	PL	SP
33	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
34	CAIO RIELA	PTB	RS
35	CARLITO MERSS	PT	SC
36	CARLOS DUNGA	PMDB	PB
37	CARLOS SANTANA	PT	RJ
38	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
39	CELSO JACOB	PDT	RJ
40	CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP
41	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
42	CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO
43	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
44	CORIOLOANO SALES	PMDB	BA
45	COSTA FERREIRA	PFL	MA
46	DANILO DE CASTRO	PSDB	MG
47	DARCI COELHO	PFL	TO
48	DE VELASCO	PST	SP
49	DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA
50	DILCEU SPERAFICO	PPB	PR
51	DINO FERNANDES	PSDB	RJ
52	DR. EVILÁSIO	PSB	SP
53	DR. HÉLIO	PDT	SP
54	DR. ROSINHA	PT	PR
55	EBER SILVA	PDT	RJ
56	EDINHO BEZ	PMDB	SC
57	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
58	EDUARDO JORGE	PT	SP
59	EDUARDO PAES	PTB	RJ
60	EDUARDO SEABRA	PTB	AP
61	ELISEU RESENDE	PFL	MG
62	ENIO BACCI	PDT	RS
63	EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA
64	EULER MORAIS	PMDB	GO
65	EURICO MIRANDA	PPB	RJ
66	EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP
67	EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO
68	FERNANDO CORUJA	PDT	SC
69	FERNANDO FERRO	PT	PE
70	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
71	FERNANDO MARRONI	PT	RS
72	FERNANDO ZUPPO	PDT	SP
73	FLÁVIO ARNS	PSDB	PR
74	FRANCISTÔNIO PINTO	PMDB	BA

**SGM - SECAP (7503)****Conferência de Assinaturas**

02/12/99 14:22:41

Página: 003

75	GEOVAN FREITAS	PMDB	GO
76	GERALDO MAGELA	PT	DF
77	GERALDO SIMÕES	PT	BA
78	GESSIVALDO ISAIAS	PMDB	PI
79	GILMAR MACHADO	PT	MG
80	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
81	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
82	GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG
83	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
84	HAROLDO LIMA	PCdoB	BA
85	HENRIQUE FONTANA	PT	RS
86	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
87	HUGO BIEHL	PPB	SC
88	IARA BERNARDI	PT	SP
89	IBERÊ FERREIRA	PPB	RN
90	IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG
91	IGOR AVELINO	PMDB	TO
92	ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC
93	INALDO LEITÃO	PSDB	PB
94	JAIR BOLSONARO	PPB	RJ
95	JAIR MENEGUELLI	PT	SP
96	JAQUES WAGNER	PT	BA
97	JOÃO CALDAS	PL	AL
98	JOÃO COSER	PT	ES
99	JOÃO FASSARELLA	PT	MG
100	JOÃO GRANDÃO	PT	MS
101	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP
102	JOÃO LEÃO	PSDB	BA
103	JOÃO MAGNO	PT	MG
104	JOÃO PAULO	PT	SP
105	JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC
106	JOÃO RIBEIRO	PFL	TO
107	JONIVAL LUCAS JUNIOR	PPB	BA
108	JORGE COSTA	PMDB	PA
109	JORGE KHOURY	PFL	BA
110	JOSÉ BORBA	PMDB	PR
111	JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES
112	JOSÉ CARLOS VIEIRA	PFL	SC
113	JOSÉ DIRCEU	PT	SP
114	JOSÉ GENOÍNO	PT	SP
115	JOSÉ LINHARES	PPB	CE
116	JOSÉ LOURENÇO	PFL	BA
117	JOSÉ MACHADO	PT	SP
118	JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG
119	JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
120	JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
121	JÚLIO DELGADO	PMDB	MG
122	JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP

**SGM - SECAP (7503)****Conferência de Assinaturas**

02/12/99 14:22:42

Página: 004

123 LAIRE ROSADO	PMDB	RN
124 LINO ROSSI	PSDB	MT
125 LUCI CHOINACKI	PT	SC
126 LUCIANO CASTRO	PFL	RR
127 LUIS BARBOSA	PFL	RR
128 LUÍS EDUARDO	PDT	RJ
129 LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
130 LUIZ FERNANDO	PPB	AM
131 LUIZ MAINARDI	PT	RS
132 LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ
133 LUIZ SALOMÃO	PDT	RJ
134 LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
135 LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
136 MARCELO DÉDA	PT	SE
137 MÁRCIO BITTAR	PPS	AC
138 MARCIO FORTES	PSDB	RJ
139 MÁRCIO MATOS	PT	PR
140 MARCONDES GADELHA	PFL	PB
141 MARCOS AFONSO	PT	AC
142 MARCOS CINTRA	PL	SP
143 MARCOS ROLIM	PT	RS
144 MARIA ABADIA	PSDB	DF
145 MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
146 MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG
147 MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA
148 MARISA SERRANO	PSDB	MS
149 MAX MAURO	PTB	ES
150 MEDEIROS	PFL	SP
151 MILTON TEMER	PT	RJ
152 MIRIAM REID	PDT	RJ
153 MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
154 MÚCIO SÁ	PMDB	RN
155 MUSSA DEMES	PFL	PI
156 NEIVA MOREIRA	PDT	MA
157 NELSON MEURER	PPB	PR
158 NELSON PELLEGRINO	PT	BA
159 NEY LOPES	PFL	RN
160 NILMÁRIO MIRANDA	PT	MG
161 NILSON MOURÃO	PT	AC
162 NILSON PINTO	PSDB	PA
163 NILTON BAIANO	PPB	ES
164 NILTON CAPIXABA	PTB	RO
165 NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO
166 OLIMPIO PIRES	PDT	MG
167 OLIVEIRA FILHO	PPB	PR
168 OSMÂNIO PEREIRA	PMDB	MG
169 OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
170 OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS

**SGM - SECAP (7503)****Conferência de Assinaturas**

02/12/99 14:22:43

Página: 005

171 OSVALDO REIS	PMDB	TO
172 PADRE ROQUE	PT	PR
173 PAES LANDIM	PFL	PI
174 PASTOR VALDECI PAIVA	PST	RJ
175 PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
176 PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS
177 PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP
178 PAULO PAIM	PT	RS
179 PAULO ROCHA	PT	PA
180 PEDRO CELSO	PT	DF
181 PEDRO CHAVES	PMDB	GO
182 PEDRO FERNANDES	PFL	MA
183 PEDRO WILSON	PT	GO
184 PHILEMON RODRIGUES	PMDB	MG
185 POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
186 PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
187 RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA
188 REMI TRINTA	PST	MA
189 RENATO VIANNA	PMDB	SC
190 RICARDO BERZOINI	PT	SP
191 RICARDO IZAR	PMDB	SP
192 RICARDO MARANHÃO	PSB	RJ
193 ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR
194 ROBERTO ARGENTA	PHDBS	RS
195 ROBERTO ROCHA	PSDB	MA
196 RODRIGO MAIA	PTB	RJ
197 RONALDO VASCONCELLOS	PFL	MG
198 RUBENS FURLAN	PPS	SP
199 SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
200 SERAFIM VENZON	PDT	SC
201 SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP
202 SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO
203 SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE
204 SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE
205 SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
206 SYNVAL GUAZZELLI	PMDB	RS
207 TELMA DE SOUZA	PT	SP
208 VALDECI OLIVEIRA	PT	RS
209 VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP
210 VALDIR GANZER	PT	PA
211 VILMAR ROCHA	PFL	GO
212 VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
213 WALDIR PIRES	PT	BA
214 WALDIR SCHMIDT	PMDB	RS
215 WALDOMIRO FIORAVANTE	PT	RS
216 WALTER PINHEIRO	PT	BA
217 WELLINGTON DIAS	PT	PI
218 WILSON BRAGA	PFL	PB

**SGM - SECAP (7503)**

02/12/99 14:22:44

Conferência de Assinaturas

Página: 006

219	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
220	YVONILTON GONÇALVES	PPB	BA
221	ZAIRE REZENDE	PMDB	MG
222	ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO
223	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA

Assinaturas que Não Conferem

1	ALOÍZIO SANTOS	PSDB	ES
2	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
3	MAGNO MALTA	PTB	ES
4	PAULO MARINHO	PFL	MA
5	PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE
6	ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG

**Assinaturas Repetidas**

1	AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
2	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
3	AVENZOAR ARRUDA	PT	PB
4	AYRTON XERÊZ	PPS	RJ
5	B. SÁ	PSDB	PI
6	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
7	CARLOS SANTANA	PT	RJ
8	CORIOLOANO SALES	PMDB	BA
9	DE VELASCO	PST	SP
10	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
11	EDUARDO PAES	PTB	RJ
12	ENIO BACCI	PDT	RS
13	EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP
14	FERNANDO FERRO	PT	PE
15	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
16	GERALDO SIMÕES	PT	BA
17	GERALDO SIMÕES	PT	BA
18	GILMAR MACHADO	PT	MG
19	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
20	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
21	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
22	HAROLDO LIMA	PCdoB	BA
23	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
24	IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG
25	JAIR BOLSONARO	PPB	RJ
26	JOSÉ CARLOS VIEIRA	PFL	SC
27	JOSÉ DIRCEU	PT	SP
28	LUIZ FERNANDO	PPB	AM
29	LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ
30	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
31	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
32	MIRIAM REID	PDT	RJ
33	PAES LANDIM	PFL	PI
34	PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS
35	PAULO PAIM	PT	RS
36	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
37	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
38	RODRIGO MAIA	PTB	RJ
39	RUBENS FURLAN	PPS	SP
40	SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP
41	WALDIR PIRES	PT	BA
42	WALDIR SCHMIDT	PMDB	RS
43	WELLINGTON DIAS	PT	PI



CÂMARA DOS DEPUTADOS



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposição

Ofício nº 277 / 99

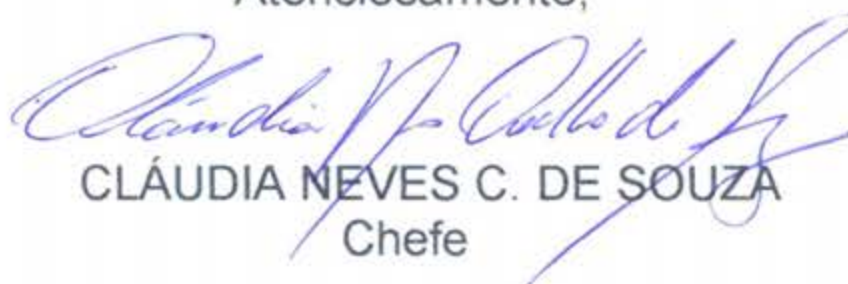
Brasília, 2 de dezembro de 1999.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Sr. Deputado ALOÍZIO MERCADANTE E OUTROS, que **"Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões "mortis causa"**", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

223 assinaturas confirmadas;
006 assinaturas não confirmadas;
043 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,


CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A



CONSTITUIÇÃO

DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII

Do Processo Legislativo

Subseção II

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:



- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;
- IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

.....

Seção III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI - propriedade territorial rural;
- VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 - DOU de 16/12/1998, em vigor desde a publicação).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;



II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Seção IV

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III - propriedade de veículos automotores.

* Art. 155 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

* § 1º, "caput", com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.



I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o "de cujus" possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS



APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

, DE 1999

(Do Sr. Aloizio Mercadante)

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
	Padre Rogério	PT	PR	568
	JOÃO CÉSAR	P.T.	ES	514
	NELSON PELLEGRINO	PT	BA	671
	J. WAGNER	PT	BA	469
	Babi	PT	TO	
	Honório Fontana	PT	RS	385
	Fernando Terno	PT	PE	427
	Nilmário Miranda	PT	MG	275
	NILSON MOURÃO	PT	AC	376
	VALDIR GAHLER	PT	PA	933
	PAULO ROCHA	PT		483
	VALDECI OLIVEIRA	PT	RS	372
	OSÓRIO MERSS	PT	SC	273
	GERALDO SIMÕES	PT	BA	954
	Gilmar Uchôa	PT	MG	527
	João Grandes	PT	MS	480



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
<i>Beonardi</i>	IARA IARA BERNARDI	PT	SP	360
<i>Luiz Sérgio</i>	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ	265
<i>Angela Guaranini</i>	ANGELA GUARANINI	PT	SP	285
<i>Marlos Aponso</i>	MARLOS APOUNSO	PT	AC	366
<i>Avenazar Arruda</i>	Avenazar Arruda	PT	PB	942
<i>Marcelo Deda</i>	MARCELO DEDA	PT	SE	625
<i>Fernando F. F. F.</i>	F. F. F.	PT	PE	424
<i>Eduardo Jorge</i>	EDUARDO JORGE	PT	SP	311
<i>João Paulo</i>	JOÃO PAULO	PT	SP	579
<i>Waldomiro Fioravante</i>	WALDOMIRO FIORAVANTE	PT	RS	380
<i>Teles de Azevedo</i>	Teles de Azevedo	PT	SP	467
<i>Artimino Chinaglia</i>	Artimino Chinaglia	PT	SP	706
<i>Fernando Marconi</i>	MARCONI	PT	RS	585
<i>Waldir Pires</i>	WALDIR PIRES	PT	BA	437
<i>Wellington Dias</i>	WELLINGTON DIAS	PT	PI	264
<i>Antônio Palcin</i>	ANTÔNIO PALCIN	PT	SP	715



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
Milton Temer	MILTON TEMER	PT-RJ		232
Luiz Sérgio	LUIZ SÉRGIO	PT-RJ	RJ	265
Geraldo Simões	GERALDO SIMÕES	PT-BA		951
João Magno	JOÃO MAGNO	PT-MG		911
Ricardo Bertoni	RICARDO BERTONI	PT-SP		267
Profª Leizinho	PROFª LEIZINHO	PT-SP	SP	104
Adão Prieto	ADÃO PRIETO	PT-RS	RS	
Walter Pinheiro	WALTER PINHEIRO	PT-BA	BA	249
Carlos Santana	CARLOS SANTANA	PT-RJ		382
Gilmar Machado	GILMAR MACHADO	PT-MG	MG	581
Auenzoar Arruda	AUENZOAR ARRUDA	PT-PB	PB	442
Fernando Assis	FERNANDO ASSIS	PT	MG	283
Angela Gumbagnin	ANGELA GUMBAGNIN	PT	SP	285
Maria do Carmo Leão	MARIA DO CARMO LEÃO	PT	MG	373
Petro Wilson	PETRO WILSON	PT	SP	375



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
	MARCO MATOS	PT	PR	572
Ben-Hur Frenkel	BEN-HUR FRENKEL	P.T	MS	570
	DR. ROSIVALDO	PT	PR	474
Jose	Jose Machado	PT	SP	278
	MAARCOS ROLIK	PT	RS	277
Supremo	GERALDO MAGEKA	PT	DF	429
	Jair Monogelli	PT	SP	358
	Virgilio Olimpino	PT	MG	315
	JOSE GENIO	PT	SP	210
	ANTONIO C. BISCAYA	PT	RS	168
	JOSE DIACEM	PT	SP	621
	JOSE BIMONTE	PT	AC	281
	LUIS CHAINACKI	PT	RS	369
Luci Choinacki	Luci Choinacki	PT	SP	282



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
(Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
<i>Jose Lourenco</i>	JOSE CARLOS VIERA	PFL	SC	713
<i>Antônio Carlos Faria</i>	JOSE LOURENCO	PFL	BA	313
<i>Aloizio Mercadante</i>	Antônio Carlos Faria	PFL	SC	325
<i>Arildo Cedraz</i>	Arildo Cedraz	PFL	BA	312
<i>Bispo Wandervall</i>	BISPO WANDERVAL	PL	SP	348
<i>Ricardo Mantovan</i>	RICARDO MANTOVAN	PSB	RJ	2015
<i>Jose Carlos Elias</i>	JOSE CARLOS ELIAS	PTB	ES	230
<i>Idelso Pereira</i>	Idelso Pereira	F.F.H.	AC	231
<i>Silcio Spadato</i>	SILCIO SPADATO	PPB	PR	746
<i>Paulo Roberto</i>	Paulo Roberto	PSB	AP	733
<i>Pedro Chaves</i>	PEDRO CHAVES	PMDB	GO	406
<i>Givaldo Carimbas</i>	GIVALDO CARIMBAS	PSB	AL	7032
<i>Julio Delgado</i>	JULIO DELGADO	PMDB	MG	841
<i>Marcondes Gadelha</i>	MARCONDES GADELHA	PFL	PB	901
<i>Geovan Freitas</i>	GEOVAN FREITAS	PMDB	GO	580
<i>Hermes Parcianello</i>	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	234
<i>Ibrahim Abl-Ackel</i>	IBRAHIM ABL-ACKEL	PPB	MG	219
<i>Marisa Serrano</i>	MARISA SERRANO	PSDB	MS	237
<i>Dino Fernandes</i>	DINO FERNANDES	PSDB	RJ	544-545
<i>M. Fortes</i>	M. FORTES	PSDB	RJ	246



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
(Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

"Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões "mortis causa".

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
	CARLOS DUNGA	PMDB	PB	216
	CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	756
	ALOIZIO SANTOS	PSDB	ES	320
	ANON BEZERRA	PSDB	CE	113
	AIRTON CASCAVEL	PPB	PR	909
	PINHEIRO LADIM	PMDB	CE	636
	OWALDO LEAL	PMDB	TO	835
	HAROLDOLIMA	PMDB	BA	456
	RICARDO IZAR	PMDB	SP	623
	MARIONE GROMONTE	PSDB	BA	345
	JOÃO LEÃO	PSDB	BA	320
	SERGIO BARCELLOS	PFL	AP	301
	RUBEN FOLAN	PFL	SP	536
	B. SA	PSDB	PI	643
	ALCIONE ATHAYDE	PPB	RJ	719
	FERNANDO ZUPPO	PDT	SP	743
	JOSE LINHARES	PPB	CE	860
	COURACI SOBRINHO	PFL	SP	460
	FERNANDO CABEIRA	PPB	RJ	374



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
		PFL	MA	514 514
	JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	482
	EBER SILVA	PDT	RJ	431
	Rubens Furlan	PPS		836
	Luiz Sérgio	PT	RJ	265
	AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	427
	JOSE MILITÃO	PSDB		402
	Ibrahim Abi-Aww	PPE	MG	315
	JÚLIO DELGADO	PMDB	MG	841
	Luis Barbosa	PFL	RR	340
	SERGIO NOVAIS	PSB	CE	356 356
	NEY LOPES	PFL	PN	326
	EVANDRO MILHOMEM	PSB		571
	CARLOS SARTANAS	PT	RJ	784
	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	430
	WALDIR SCHMIDT	PMDB	RS	244
	JOVIALUCAS JUNIOR	PPB	BA	815
	POMPEO MATTOS	BDT	RS	810



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

	Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
1			PPS	AC	343
2		Glycon Teves Pinto	PMDB	MG	225
3		Barcellos	PFL	AP	301
4		Fernando Gabeira	PU	RJ	374
5		Aírton Dipp	PPB	RJ	482
6		Francisco Rodrigues	PFL	RR	304
7		Roberto Arango	PL	RR	581
8		CONFÚCIO MOURA			573
9		AYRTON XEREZ			533
10		PASS LANDIM			50
11		Ayrton Dipp	PDT	RS	556
12		Eduardo Barboza	PSDB	MG	510
13		Max Mauro	PDT	MG	384
14		PAULO JOSÉ GOUVÊA			476
15		Paulo Sérgio	PST	DF	641
16		Ronaldo Vasconcelles			534
17		Ronaldo Vasconcelles	PFL	MG	473
18		Romário Maia	PTB	RJ	566
19		LUÍZ RANGEL			577
19		Paulo Sérgio	PCB	DF	379



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
Severino Cavalcanti	Severino Cavalcanti	PPB	PE	707
Maria de Lourdes Albuquerque	marcos simbra	PL	SP	722
Aquilino	maria Aladia	PSDB	DF	562
Donato	Antonio Cambrão	PMDB	CE	658
Luiz Salomão	Corio Sales	PDT	BA	832
Luiz Salomão	Murilo Reid	PTP		714
Luiz Salomão	Silas Brasileiro	PMDB	MG	232
Luiz Salomão	GERALDO SIMÕES	PT	BA	954
Luiz Salomão	João Dircen	PT	SP	62
Luiz Salomão	Luciano Costa	PSDB		401
Luiz Salomão	Bonifácio de ANDARA	PSDB	MG	235
Luiz Salomão	zei gomes da Rocha	PMDB	GO	747
Luiz Salomão	Osvaldo Buelchi	PMDB	RS	925
Luiz Salomão	Luiz Eduardo	PSDB	RJ	517
Luiz Salomão	Imário Arruda	PMDB	CE	502
Luiz Salomão	MIRIAM REID	PDT	RJ	950
Luiz Salomão	Enio Bacci	PDT	RS	932
Luiz Salomão	B. SA	PSDB	PI	643
Luiz Salomão	João Dircen	PDT	SP	734



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
	GIOVANNI Queiroz	PDT		574
	GONZAGA PATRIOTA			430
	Aldo Rebelo	PMDB	SP	924
	SE VELASCO	AST	SP	357
	Caio Ruela	PTB	RS	705
	Agnelo Queiroz	PCdB	DF	379
	ALMEIDA DE JESUS		CE	683
	FERNANDO CORUJA	Fernando Coruja		245
	EDUARDO PAES			742
	ZENALDO Coutinho	PSDB		286
	INALDO LEITÃO			937
	Luiz Antonio Fleury			945
	Sebastião M.D. Madeira			406
	Junimar Junior	PSDB	MA	383
	CESAR Schirmer			228
	Antonio Fajão	PSDB	AP	738
	PASLADIUM			568
	Pedro Charver	PMDB	GO	406
	ROBERTO Angenta			367
	DARÉY COELHO	PFL		309



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
Roberto Rocha	ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	280
Exedito Junior	ROBERTO ROCHA			529
	Exedito Junior	PFL	RO	240
	XICO GRAZIANO	PSDB	SP	816
WILSON PRAGA				640
Waldemar Rodrigues	WALDIR LOPES	PT	SP	437
235	235	PTB	MG	226
	BONIFÁCIO DE ANDRADA			235
	MILHOMEM EVANDRO	PSB		521
	Rodrigo Maia			566
	Luiz Rossi	PSDB	MT	521
	EDUARDO PRAS	PTB	RJ	742
	FRANCISCO RODRIGUES			304
	João D. Nova			812
	Guilherme Barbosa			540
	Guilherme Barbosa	PRDB	RS	672
	MEDEIROS	PFL	SP	946
Renato Vianna	RENATO VIANNA	209		
	Pompeo de Mattos	PTD	RS	910
Coriolano Sales	CORIOLOANO SALES			832



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
	João PIZZOLATTI	PPB	SC	255
	Wanielo do Bonf	PSDB	MG	862
	SERGIO CARVALHO			342
	HUGO BIEHL			338
	MUCIO SÁ	PMDB		535
	MAGDA MALTA			341
	ZEZE PERRELLA			214
	MILTON BHIANNO	PPB		678
	MASSA DEMES	PFL		772
	ELCIO SIMÕES		BA	569
	EDINHO BEZ	PMDB	SC	703
	ADEMIR LOURES	PSDB	MG	588
	celso jacob	PDT		944
	LUIZ FERNANDO			943
	MILTON CABIXABA	PTB		318
	FLAVIO ARNS			850
	Acipe MIRANDA	PMDB	RR	902
	NELSON MEURER			916
	Breno Scarpia	PMDB	PR	845



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
LAIRE ROSADO	LAIRE ROSADO	PMDB	RN	650
JOÃO HENRIQUE	JOÃO HENRIQUE			617
ALCEU COLARES	ALCEU COLARES			807
NILTON PINTO	NILTON PINTO	PMDB	PA	527
MERMES PARCIANELLO	MERMES PARCIANELLO	PMDB	RR	231
SEBASTIÃO VENCOW	SEBASTIÃO VENCOW	PDT		711
MIRIAM REID	MIRIAM REID	PDT	RJ	950
ENIO BACCI	ENIO BACCI	PDT	RS	930
PANTOJA DEUSDETH	PANTOJA DEUSDETH	PFL	PA	854
JOSÉ KHOURF	JOSÉ KHOURF	PMDB	PA	821
RAIMUNDO SANTOS	RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	809
JOÃO RIBEIRO	JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	339
MOACIR MICHELETTI	MOACIR MICHELETTI	PMDB	PR	481
ARTUR HIPP	ARTUR HIPP			456
ROBERTO TEIXEIRA	ROBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO	645
PAULO KOBAYASHI	PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	433
ANTONIO DO VALLE	ANTONIO DO VALLE	PMDB	MG	503
VILMAR ROCHA	VILMAR ROCHA	PFL	GO	644
IGOR AVELINO	IGOR AVELINO	PMDB	TO	466
LUÍZ RIBEIRO	LUÍZ RIBEIRO	PSDB	RJ	787



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APOIAMENTO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº (Do Sr. Aloizio Mercadante)

, DE 1999

“Inclui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Assinatura	Parlamentar	Partido	UF	Gab.
<i>Valdemar Costa Neto</i>	VALDEMAR COSTA	PL	SP	542
<i>Eurico Miranda</i>	EURICO MIRANDA	P/B	RJ	420
<i>Yvonilton</i>	YVONILTON	PPB	BA	741
<i>Zair Rezende</i>	ZAIR REZENDE	PMDB	MG	409
<i>Jose Carlos Veira</i>	JOSE CARLOS VEIRA	PFL	SC	713
<i>Anibal Gomes</i>	ANIBAL GOMES	PMDB	CE	731
<i>Oliveira Filho</i>	OLIVEIRA FILHO	PPB	PR	635
<i>Euler Moraes</i>	EULER MORAIS	PMDB	GO	803
<i>Waldemar Schmidt</i>	WALDEMAR SCHMIDT	PMDB	RS	744
<i>Iberê Ferreira</i>	IBERÊ FERREIRA	PPB	PA	602
<i>Osmário Pereira</i>	OSMÁRIO PEREIRA	PMDB	MG	602
<i>Evilásio Farias</i>	EVILÁSIO FARIAS	PSB	SP	454
<i>Luiz Fernando</i>	LUIZ FERNANDO	PPB	MA	843
<i>Kosta Ferreira</i>	KOSTA FERREIRA	PFL	MA	852
<i>Mário de Oliveira</i>	MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	781
<i>Wellington Dias</i>	WELLINGTON DIAS	PT	PI	864
<i>De Vélasco</i>	DE VÉLASCO	PL		354
<i>Celcitta Pinheiro</i>	CELCITTA PINHEIRO	PFL	MT	528
<i>Paulo Maranhão</i>	PAULO MARANHÃO	PFL	MA	921
<i>Paulo Baltazar</i>	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	370



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 164, DE 1999.
(Do Sr. ALOÍZIO MERCADANTE e outros)

Institui, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações e suprime o imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”

RELATÓRIO

Trata-se de proposta de emenda à Constituição de n. 164, de 1999, de autoria do Sr. Deputado ALOÍZIO MERCADANTE, apresentada em 16 de novembro de 1999, que pretende instituir, no sistema tributário nacional, imposto federal progressivo sobre sucessões e doações, e suprimir o atual imposto estadual sobre transmissões “mortis causa”.

Na sua justificativa, o ilustre Deputado, líder do PT, esclarece que “*uma das lacunas mais notáveis do sistema tributário brasileiro, comparado aos padrões médios internacionais, é o desprezo pela base tributável do PATRIMÔNIO*”. E assevera que “*nossa tributação patrimonial está arrecadando menos de três por cento da carga fiscal bruta, menos de um por cento do PIB, contrastando vivamente com países de carga fiscal moderada, equivalente à nossa, como os Estados Unidos e o Japão, onde a tributação patrimonial arrecada dez a doze por cento das receitas fiscais totais*”. Constata ainda o Deputado do PT-SP que “*a arrecadação do imposto sobre transmissões “causa mortis” e doações, a cargo dos Estados e do Distrito Federal, alcança montantes irrisórios. Em 1998, em todo o Brasil, arrecadação somou 317.792,00 mil reais, catorze vezes menos que a arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores!*”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JOSÉ ANTONIO ALMEIDA — Deputado Federal

Para o parlamentar proponente, é oportuna a “*criação de um imposto federal sobre sucessões e doações, em substituição ao atual imposto estadual sobre transmissão “causa mortis” e doações de quaisquer bens e direitos*”, porque este, além de ter arrecadação irrisória, “*oferece, entre outros, o inconveniente da fragmentação de competências em função da situação dos bens (imóveis) e do domicílio do “de cujus” ou de doador (bens móveis), além da dificuldade de fiscalização, fora das fronteiras de cada Estado, relativamente a patrimônios geograficamente diversificados*”. Entende, além disso, que a “*perda de receitas, para os Estados federados, acarretada por esta proposta, seria irrisória. Nada impede, no entanto, que, se consensualmente vier a considerar-se adequado, agregue-se disposições às disposições propostas um mecanismo de partilha, que omitimos nesta ocasião por considerarmos dispensável*”.

Registre-se, por oportuno, que a proposta obteve a adesão de 223 Deputados.

É o relatório.

II. VOTO

A PEC **sub examen** observa o quórum exigido para sua apresentação, de um terço dos integrantes da Câmara dos Deputados (art. 60, item I da Constituição).

De outra parte, não estando vigentes, nesta ocasião, intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, não há impedimento à alteração da Constituição (art. 60, § 1º).

Passo ao exame das objeções contidas no § 4º do art. 60.

À primeira vista, por transferir para a esfera da União um imposto que compete aos Estados e ao Distrito Federal segundo a norma constitucional vigente, poder-se-ia afirmar que a proposta afrontaria a forma federativa de Estado, na medida em que reduziria a possibilidade de arrecadação desses entes federados.

Contudo, esse impacto, segundo levantamento feito pelo autor – que demonstrou preocupação com esse aspecto – é de pequena monta, haja vista que “*em 1998, em todo o Brasil, a arrecadação somou 317.792,00 mil reais, catorze vezes menos do que a arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores!*”. E conclui: “*...a perda de receitas, para os Estados federados, acarretada por esta proposta, seria irrisória. Nada impede, no entanto que, se consensualmente vier a considerar-se adequado, agregue-se às disposições propostas*

25084



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JOSÉ ANTONIO ALMEIDA — Deputado Federal

um mecanismo de partilha, que omitimos nesta ocasião por considerarmos dispensável”.

Esse mecanismo, cuja inclusão poderá se dar no âmbito desta Comissão Especial, e não desta Comissão, demonstra claramente que a proposta não se revela tendente a abolir a forma federativa de Estado.

Quanto ao voto direto, secreto, universal e periódico, ou à separação de Poderes, não tratam a proposta. O mesmo se diga em relação aos direitos e garantias individuais.

Em conclusão, portanto, o meu voto é pela admissibilidade de ambas as Propostas de Emendas à Constituição.

Sala da Comissão, em 30 de julho de 2001.


Deputado JOSÉ ANTONIO ALMEIDA
Relator